

QUEM VAI CUIDAR DA NOSSA TERRA?

Kasiripina Wajãpi, que já foi presidente do Conselho das Aldeias Wajãpi – Apina, escreveu, há alguns anos, uma reflexão sobre as perspectivas de futuro para os Wajãpi. Nesse texto, já publicado, ele estabelecia algumas possibilidades de desenvolvimento de atividades sustentáveis. É um texto antigo mas permanece atual.

Sempre penso em morar como antigamente porque se eu ficar parado muito tempo no mesmo lugar, só pensando em criar peixe tilápia que *karaikō* traz da cidade, aí, quando o peixe acabar, eu vou acabar também. Já tem peixes nos rios. Temos que cuidar dos rios para *karaikō* não sujar. Quero morar onde tem muito peixe no rio. Eu penso muito sobre isso. Por isso, fico doente e a minha cabeça dói. É que estou muito preocupado com o futuro da minha terra. Quero levantar a cabeça dos meus parentes para cuidar da nossa terra porque eu estou preocupado com a floresta. Eu quero que continue a ter tudo o que a gente precisa para viver como antigamente, com água limpa, que não faz mal quando a gente bebe.

Porque, agora, a gente fica só parado numa aldeia velha. Antigamente não era assim. A gente morava pouco tempo num lugar e mudava logo, para deixar crescer a caça, os animais, para a floresta crescer rápido de novo.

Se derrubamos tudo o tempo todo, aí, a floresta não cresce bem. A terra vai ficar fraca, estará morta e não crescerá mais planta porque a floresta também quer viver, criar filhos, quer viver como a gente. Quero cuidar da floresta, da caça, dos animais. Quero cuidar dos rios. Sei que existem muitos índios que perderam tudo o que eles tinham.

Antigamente, quando morria alguém, a gente já se mudava logo e deixava a aldeia do morto virar cemitério. Agora, no Mariry e Aramirã está cheio de

cemitério. Isto não é da cultura dos Waiãpi. Nosso avô ia no mato e ensinava tudo: como se caçava, como usava as plantas e os remédios. Agora, nós não ensinamos os remédios para os nossos filhos. Agora, Waiãpi está só acostumado com remédio de *karaikō*. Um dia, lá em Belém, um médico me ensinou que remédio de *karaikō* não é bom, faz mal para a gente. Eu gosto de falar pelo rádio com o pessoal para saber como está indo tudo. Nas aldeias distantes sempre está tudo bem, com muita comida, muita saúde. Nas aldeias velhas e centrais sempre falta comida e o pessoal só fala em doença. *Karaikō* não vai cuidar da nossa terra. Quem tem que cuidar da nossa terra somos nós mesmos. Eu sempre falo isso para os caciques. Alguns me escutam, outros não escutam. Alguns Waiãpi estão fazendo como antigamente: vão com suas famílias para aldeias novas para plantar, caçar e comer bem. Estão ensinando tudo aos filhos deles. Assim eu estou gostando. Assim eu vou ficar feliz. Mas tem Waiãpi que só está pensando em conseguir salário. Tem gente que só quer criar peixe e galinha que *karaikō* dá para ele. Eles estão querendo que a energia elétrica chegue para ficar só assistindo televisão. Só estão pensando em viver como *karaikō*. O pensamento deles está fora da cabeça. Eu só quero painel solar para a radiofonia, para o soro de cobra e para poder assistir no vídeo meus filmes e os dos meus parentes”.

Kasiripina Wajãpi



O Boletim Povos Indígenas e Meio Ambiente - Amapá e Norte do Pará é uma publicação do Lepé – Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena.

As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores. Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

Conselho editorial: Dominique Tilkin Gallois, Luís Donisete Benzi Grupioni e Luis Fernando Pereira

Colaboração: Décio Horita Yokota, Denise Fajardo Grupioni, Gabriela Menezes e Giselle Lopes.

Projeto Gráfico: Catherine J. S. Gallois

Diagramação: Luis Fernando Pereira

Escritório do Lepé em Macapá:

Avenida Ataíde Teive, 525 - Bairro Trem

68.906-270 - Macapá - AP

Tel (96) 3223 7633 - Fax (96) 3223 2052

E-mail: sede-macap@institutoiepe.org.br

Apoio:

**Boletim**

Número 05 | Janeiro-Março de 2008 | Ano 02

Povos Indígenas e Meio Ambiente

Amapá e Norte do Pará

AS RIQUEZAS DAS FLORESTAS E OS SERVIÇOS AMBIENTAIS**Quais são as riquezas da floresta?**

Quando se fala das riquezas das florestas, pode se pensar em diferentes tipos de riqueza e em diferentes formas de uso dessas riquezas. Tudo depende, na verdade, de quem pretende usar essas riquezas. Para os habitantes das florestas, como os povos indígenas, riqueza é pensada em termos de abundância de caça, de peixe, de espécies vegetais para fazer casas e utensílios, de terras boas para fazer roças, etc. Para muitas pessoas que não vivem na floresta, essas riquezas são os recursos que podem ser explorados por pequenas ou grandes empresas, que se dedicam à extração e venda de madeira e de minérios, entre outras coisas.

Mas outras pessoas, que não são nem moradores nem exploram as florestas, vêm se organizando para pensar e aproveitar melhor as riquezas das florestas, para que possam beneficiar não só seus habitantes como possam melhorar a qualidade de vida da população de toda a região onde existem florestas. Essas pessoas, organizadas em instituições públicas ou não-governamentais, estão preocupadas em mostrar que as florestas oferecem riquezas que não são apenas a madeira, os minérios e as plantas medicinais, mas também a água, o ar, a diversidade dos solos e ambientes.

O que são serviços ambientais?

As florestas da Amazônia são muito importantes para todos os habitantes das próprias florestas e de outras regiões, até mesmo das cidades. Quando as florestas

estão protegidas, elas ajudam a manter a temperatura equilibrada, a formar as nuvens de chuva, a manter o ar que respiramos limpo, a absorver o excesso de gás carbônico que é emitido na fumaça e a conservar um grande número de espécies de plantas e animais. Outro ponto importante é a própria beleza que as florestas e outras áreas naturais protegidas oferecem às pessoas. Tudo isso é considerado muito importante para a qualidade de vida das pessoas, por isso falamos que quem protege essas áreas está prestando serviços ambientais.

Essa idéia de serviços ambientais começou a ser pensada há muito pouco tempo, justamente para incentivar as populações que sempre ajudaram a conservar a floresta “em pé”, a continuarem “prestando este serviço” agora de forma remunerada. A idéia é: quem protege a floresta ajuda a proteger não apenas a sua própria vida, mas a vida de todo o planeta.

Muitos estudos se acumularam mostrando como a exploração dos recursos sem controle só resulta em perda da qualidade de vida não só dos habitantes das florestas como de toda a população da região. Os efeitos dessa exploração sobre o equilíbrio do meio ambiente em geral são, por exemplo, o aquecimento global das temperaturas, que vem se verificando no mundo inteiro, e causando uma série de desastres, como chuvas e ventos fortes, maremotos e secas em várias partes do mundo. Esses estudos mostram como a floresta em pé vale mais para muitas pessoas do que a exploração sem limites de recursos, que vale só para poucos.

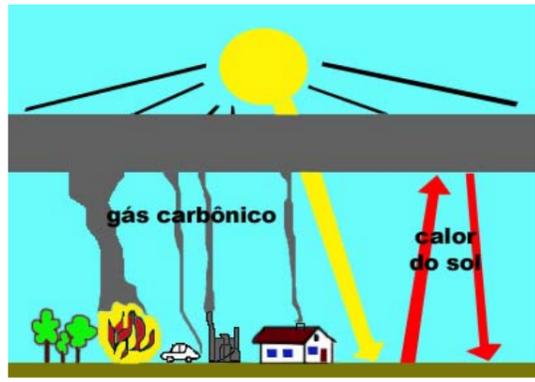
O que é o Pagamento por Serviços Ambientais ?

Para impedir a exploração destrutiva do meio ambiente e também para apoiar as comunidades que vivem nessas áreas e que contribuem mantendo a floresta em pé, surgiu então a proposta de Pagamento de Serviços Ambientais (PSA). A proposta de PSA surgiu como um incentivo para que as pessoas que exploram as florestas percebam que elas valem mais se forem preservadas. O PSA seria um jeito de beneficiar as pessoas que mantêm as árvores em pé, ajudando-as a continuar utilizando a floresta de forma sustentável, repassando recursos, ajuda do governo e auxílio financeiro.



Crianças tiriyó na floresta

Denise Fajardo Grupioni, 2008



O gás carbônico (CO₂) não é ruim: todos os seres vivos, os homens, os animais e as plantas inspiram o gás oxigênio e expiram o gás carbônico. O gás carbônico que os seres vivos soltam ajuda também a manter a temperatura quente. O gás carbônico ajuda a segurar o calor do Sol. Se não existisse gás carbônico, todos passariam muito frio. Nem haveria vida! O problema é que hoje se produz muito gás carbônico com a queimada das florestas, a fumaça dos automóveis, a poluição de fábricas e outros tipos de poluição atmosférica. Quando existe muito gás carbônico, mais se segura o calor do Sol na terra. Assim, a temperatura vai ficando mais quente, as plantas morrem e os rios secam. É o que chamam de efeito estufa. Evitar queimadas e manter a floresta em pé ajuda a diminuir a quantidade de gás carbônico.

Os povos indígenas, por estarem vivendo nas florestas, sempre se preocuparam em conservar suas riquezas para o futuro, explorando recursos de modo sustentável. Mas sabemos que novas necessidades estão aparecendo nas terras indígenas e que formas de exploração mais destrutivas também estão ocorrendo em algumas delas. O mesmo acontece entre outros moradores da floresta, como seringueiros, castanheiros, e ribeirinhos, que podem ser levados a trabalhar para empresas interessadas em explorar recursos de forma destrutiva.

As propostas de PSA procuram, então, uma solução para evitar que o modo habitual de exploração destrutiva da floresta se amplie, inclusive entre os moradores das florestas. E essa proposta também se destina a mudar a forma de exploração dos empresários e comerciantes. Por exemplo, uma empresa que ganha dinheiro derrubando árvores sem respeitar os limites poderia também ganhar dinheiro replantando e explorando outros recursos que podem ser extraídos sem derrubar as árvores, como cipós e plantas medicinais.

O PSA já existe?

Existem diversos tipos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) que estão sendo discutidos, mas são poucos os que já funcionam. As negociações de como tratar o tema avançam lentamente. Até agora estão sendo discutidos quatro modelos de PSA:

- 1. Seqüestro e armazenamento de carbono.** Por exemplo, uma empresa que fornece eletricidade para moradores de grandes cidades paga para comunidades que vivem em florestas para manter as árvores em áreas onde elas seriam exploradas por empresas madeireiras.
- 2. Proteção da biodiversidade.** Por exemplo, grandes empresas fazem doações para organizações conservacionistas que pagam comunidades interessadas em proteger ou recuperar áreas de floresta onde há espécies de animais e plantas em extinção.
- 3. Proteção de bacia hidrográfica.** Por exemplo, quem usa água em áreas situadas longe das zonas de floresta e cabeceiras paga comunidades interessadas em controlar a poluição, o desmatamento e destruição das fontes de água.

4. Beleza cênica. Por exemplo, uma empresa de turismo paga comunidades para que elas não cacem mais em áreas utilizadas para observação de animais silvestres.

O PSA mais praticado no mundo todo é o Mercado de Créditos de Carbono. Ele foi criado após reuniões entre representantes de vários países que assinaram um documento chamado Protocolo de Kyoto para combater a poluição. Esse tipo de mercado funciona assim: as fábricas assumem o compromisso de diminuir a poluição que soltam. As fábricas que não conseguem podem pagar para outras fábricas que conseguiram diminuir sua poluição mais do que precisavam. Ou então, essas fábricas que continuam poluindo dão dinheiro para as pessoas que vivem na floresta plantar e conservar árvores.

Alguns países já pagam para que as comunidades conservem o meio ambiente. No México e na Costa Rica, moradores de florestas, populações tradicionais e agricultores, são pagos pelo governo porque protegem os rios e mantêm a floresta em pé. Na Costa Rica, o PSA tem a participação do governo, de pesquisadores de universidades, associações das comunidades e organizações não-governamentais. Lá o PSA não é considerado como um simples tipo de ajuda, mas sim como um reconhecimento dos serviços ambientais prestados por quem conserva a floresta. Ou seja, o governo de Costa Rica reconhece que não é um favor pagar para quem conserva a floresta, mas sim uma obrigação, pois a proteção do meio ambiente é de interesse de todos. O dinheiro que o governo de Costa Rica usa para pagar os serviços ambientais vem de uma taxa que é cobrada sobre a gasolina.

O Protocolo de Kyoto é um documento feito por 84 países de todo o mundo para diminuir a poluição que é solta no ar e que causa o Efeito Estufa. Vários países, inclusive o Brasil, entenderam que precisam diminuir a poluição e a quantidade de gás carbônico que é solta na fumaça das fábricas, queimadas e automóveis. O Protocolo de Kyoto também fala de diminuir o uso de gasolina, óleo e outros produtos feitos com petróleo, que ajudam a aumentar a poluição do ar. Esse documento foi feito em 1997 na cidade de Kyoto, no Japão. Para diminuir a poluição, foi criado o Mercado de Créditos de Carbono. O Mercado de Crédito de Carbono é um jeito de pagar e dar recursos para quem diminui a poluição do ar ou para quem protege as florestas. Uma comunidade indígena que protege o meio ambiente pode receber esses recursos.

Quem paga pelos serviços ambientais?

O pagamento pode ser feito diretamente através do governo, que pode criar novos impostos e taxas para conseguir mais dinheiro e pagar quem faz os serviços ambientais. Ou, o governo poderia usar parte dos impostos que já existem para PSA. Por exemplo, muitas pessoas estão discutindo a implantação do imposto de renda ecológico. Uma parte do imposto de renda, que é pago todo ano por quase todos os brasileiros, será usada em projetos ambientais. Outra possibilidade, como vimos nos exemplos acima, é que as empresas que realizam ações que causam impactos no meio ambiente, destruindo ou poluindo, paguem pelo PSA.

Quais são os projetos de pagamento por serviços ambientais no Brasil?

No Brasil existem alguns projetos de PSA em funcionamento. Um deles se chama *Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar* (Proambiente). Esse programa foi criado em 2000 por pessoas da sociedade civil, mas, em 2003, o governo, por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) começou a cuidar dele. O Proambiente dá uma ajuda financeira para agricultores que usam técnicas que não prejudicam o meio ambiente, não usando venenos ou agrotóxicos que podem contaminar a terra. Outro projeto é o de reposição florestal. É um projeto para controlar o corte de madeira nas florestas. Os madeireiros recebem recursos quando seguem as regras corretas de manejo florestal, cortando só uma parte das árvores e não todas.

No Acre, as associações dos seringueiros recebem recursos para a produção de borracha. Outras associações recebem ajuda do estado para a exploração de castanhas. São associações que exploram recursos da floresta de forma sustentável. O governo do Acre entende que passar recursos para as associações é uma forma de conservar a floresta, porque essas associações exploram a floresta de forma sustentável. Por isso o governo do Acre criou a Lei Chico Mendes para passar recursos para as associações de seringueiros que trabalham nas reservas extrativistas criadas pelo governo federal. Essas reservas são Unidades de Conservação de Uso Sustentável: podem ser exploradas sem que o meio ambiente seja destruído.

No Amapá, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) realizará um projeto piloto na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Iratapuru. O objetivo é formular mecanismos financeiros para pagamentos pela conservação e administração sustentável da floresta. Os moradores da RDS do Rio Iratapuru exploram a castanha-do-brasil, a andiroba, a copaíba e o camu-camu de forma sustentável, por isso a maior parte da RDS está bem conservada, inclusive ajudando a proteger animais que

estão ameaçados de extinção, como o tamanduá-bandeira, ariranhas e onças pintadas. Por isso estão sendo estudadas formas dos moradores receberem pagamento por esse tipo de serviço ambiental.



Extrativista com cipó titica na floresta, Acre

Quais são as dificuldades do PSA?

As leis sobre meio ambiente no Brasil proíbem a derrubada de florestas nativas e da vegetação em áreas de preservação permanente. Essas leis também colocam limites na exploração de recursos da floresta em áreas de desenvolvimento sustentável. Além disso, as leis ambientais regulam o uso da água, a caça, a pesca e a retirada de recursos das florestas.

Quem critica as propostas de PSA acha que não é certo pagar alguns para fazerem algo que é obrigação de todos. Uma outra dificuldade é avaliar o valor dos pagamentos por serviços ambientais. Para funcionar bem o pagamento pelos serviços ambientais deveria gerar mais dinheiro do que a destruição do meio ambiente. Por exemplo, uma empresa que explora florestas deve ganhar mais dinheiro protegendo e replantando árvores do que derrubando e vendendo madeira. Um fazendeiro tem que ganhar mais dinheiro recuperando as terras onde criou gado do que vendendo carne.

Como vimos, existem várias propostas de pagamento por serviços ambientais, a maior parte ainda em discussão. Nada é certo ainda. É importante a participação dos povos indígenas nessas discussões para apresentarem outros modelos de exploração das florestas. As TIs são reconhecidas e demarcadas justamente porque são destinadas ao usufruto de seus habitantes indígenas para continuarem praticando suas próprias formas de manejo que são sustentáveis.

Por isso, povos indígenas que vivem de forma sustentável em suas terras poderiam pensar em propor PSA. Lembrando que viver de forma sustentável é explorar sem destruir o meio ambiente, protegendo para o futuro. É também replantar árvores que foram cortadas. Populações tradicionais extrativistas também poderiam propor se elas exploram o meio ambiente de forma sustentável. **Equipe do Ilepé**